



19

Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0004942-13.2012.8.17.0000 (0261670-8/02)

Embargante: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI

Embargado: ALEXANDRE JOSE DA SILVA

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

Relator Substituto: Juiz Janduhy Finizola da Cunha Filho

5ª CÂMARA CÍVEL

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. PEDIDO DE PREQUESTIONAMENTO. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO. COMPETÊNCIA DA VICE-PRESIDÊNCIA DO TIPE.

1- Não prosperam os embargos de declaração que, embora sob alegação de omissão, obscuridade ou contradição, guardam nítida pretensão de rediscutir os mesmos argumentos analisados e julgados na decisão embargada.

2 - Nítida a pretensão da parte embargante de ver rediscutida matéria já apreciada. Impossibilidade, segundo entendimento do STJ e desta Corte.

3- No âmbito deste Tribunal de Justiça, a análise do prequestionamento é de competência da Vice-Presidência (art. 39, III, do RITJPE), ao ensejo do juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em NÃO CONHECER do pedido de prequestionamento, e, por unanimidade de votos, em CONHECER E REJEITAR os embargos de declaração, na conformidade do incluso voto.

Recife,

DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

Relator



20.

Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0004942-13.2012.8.17.0000 (0261670-8/02)

Embargante: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI

Embargado: ALEXANDRE JOSE DA SILVA

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

Relator Substituto: Juiz Janduhy Finizola da Cunha Filho

5ª CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Tratam os autos de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos por CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI TELEMAR - NORTE LESTE S/A contra acórdão da Quinta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, que negou provimento ao Recurso de Agravo Legal, mantendo a decisão, do juiz de primeiro grau que julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, tendo em vista a inércia da parte autora, ora embargante, ao deixar de promover o impulso necessário ao andamento do feito.

A embargante aduz que o acórdão embargado incorreu em omissão quanto aos artigos 125, 221, 262 e 267 do CPC. Sustenta que efetuou as diligências necessárias para encontrar o réu, não se enquadrando, assim, no art. 267 do CPC e que caberia ao juiz da causa, em razão do impulso oficial, promover o andamento do processo, ordenando a citação por edital do embargado.

Ao final pugna pelo provimento dos Embargos de Declaração para que sejam sanadas as omissões apontadas, notadamente para fins de prequestionamento.

É o relatório.

Recife,

DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS
Relator



21

Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0004942-13.2012.8.17.0000 (0261670-8/02)

Embargante: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI

Embargado: ALEXANDRE JOSE DA SILVA

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

Relator Substituto: Juiz Janduhy Finizola da Cunha Filho

5ª CÂMARA CÍVEL

VOTO

Os embargos de declaração são recurso de fundamentação vinculada. As suas hipóteses de cabimento são as previstas no artigo 535 do Código de Processo Civil - omissão, contradição ou obscuridade da decisão embargada. Admite-se, ainda, a utilização dos aclaratórios para correção de erro material, uma vez que o juiz pode fazê-lo até mesmo de ofício (art. 463, I, do CPC).

Caso em que não se configurou nenhum dos requisitos exigidos para o cabimento dos presentes embargos, pretendendo a recorrente apenas rediscutir os fundamentos da decisão embargada, utilizando-se dos embargos para defender tese já rejeitada, na vã expectativa de obter pronunciamento que lhe seja mais favorável.

In casu, a embargante reproduz os mesmos argumentos explanados em sua peça recursal, pois a questão referente ao fato de haver configurado o abandono da causa foi amplamente discutida no acórdão de fls. 16/20.

Com efeito, verifica-se claramente o intuito de modificar o resultado do julgamento proferido por este órgão, na contramão do que dispõe o art. 535 do CPC, que afirma que os embargos declaratórios só se prestam para sanar obscuridade, contradição e omissão, caso essas, porventura, estejam configuradas na decisão refutada, o que não se vê no caso vertente.

Nesse mesmo sentido:



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. VALORES RECEBIDOS A MAIOR. REPETIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DISCUSSÃO ACERCA DA BOA FÉ E DA NATUREZA ALIMENTAR DA DÍVIDA. AÇÃO AUTÔNOMA. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. CABIMENTO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. ART. 535, I E II, CPC. NÃO VERIFICADAS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE.

- O cabimento dos embargos de declaração pressupõe a existência dos requisitos de admissibilidade dessa espécie recursal, cuja finalidade cinge-se ao aperfeiçoamento do julgado, sanando os defeitos de omissão, obscuridade, erros materiais ou equívocos manifestos que devem ser apontados de forma clara pela parte embargante. A mera discordância com a decisão proferida não está arrolada entre esses pressupostos. Para tal situação existem remédios processuais específicos.

- No caso em apreço, não vislumbro qualquer erro, omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, que deu provimento ao recurso de apelação interposto pela UFC, no sentido de reconhecer ao apelante a possibilidade de se discutir em ação autônoma o direito à repetição do montante indevidamente pago através de precatório.

- Na verdade, a simples leitura das razões dos embargos evidencia, embora o recorrente alegue justamente o contrário, que se busca tão-somente a reapreciação da tese que lhe foi desfavorável, o que não é cabível em sede de embargos de declaração.

(...)

(TRF-5 - EDAC: 940528816401 , Relator: Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto, Data de Julgamento: 27/09/2011, Segunda Turma, Data de Publicação: 06/10/2011, undefined)

Quanto ao pedido de prequestionamento, dele não conheço, tendo em vista que a competência para examiná-lo é, neste Tribunal, da Vice-Presidência (art. 39, III, do RITJPE), e, ainda, dos Tribunais Superiores, ao ensejo do juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário.



23

Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça
Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de prequestionamento da matéria constitucional e federal suscitada pelo embargante e CONHEÇO, porém REJEITO os embargos de declaração na parte em que aponta omissão do acórdão embargado.

É como voto.

Recife,

Des. José Fernandes de Lemos
Relator